

Saúde, Ética & Justiça. 2004;9(1/2):1-4.

Moralidade, ética e religião

Morality, ethics and religion

Marcos de Almeida¹

Almeida M. Moralidade, ética e religião. Saúde, Ética & Justiça. 2004;9(1/2):1-4.

RESUMO: O autor enfoca, através de argumentos filosóficos, que a moralidade não está necessariamente embasada somente à religião. O autor demonstra, dando exemplos dos mandamentos religiosos trabalhando com sistema ético coerente, consistente e aplicável, que não precisa haver uma ligação obrigatória com qualquer religião. Além disso, exemplifica com o código moral produzido por filósofos ateístas. Conclui que toda decisão moral deve ser embasada, fundamentalmente, em três elementos: o máximo de conhecimento temperado do sentimento e da emoção humana e sobretudo da total liberdade e isenção para fazer escolha.

DESCRITORES: Ética, Moral, Religião.

É possível que haja uma moralidade sem religião? É necessário existir um Deus ou deuses de modo a que isso se torne indispensável para a moralidade? O fato de que algumas pessoas não são religiosas, as impedem de ser, automaticamente, morais? E se a resposta a estas questões exigirem a crença em uma divindade, qual das religiões é o real fundamento para a moralidade? A grande constatação é que ao olhar-se o quadro mundial dos dias de hoje, é possível afirmar que existem conflitos em numero

equivalente ao das religiões e pontos de vista religiosos. A religião é uma das mais antigas instituições humanas. Há, por exemplo, pouca evidência de que a linguagem tenha existido em tempos pré-históricos, mas temos evidências claras de que práticas religiosas já eram interligadas com expressões artísticas e de que leis ou tabus exortavam os seres humanos daquela época a comportarem-se de certas maneiras. Naqueles tempos primordiais a moralidade estava implantada

¹ Professor Titular da Disciplina de Medicina Legal e Bioética da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/EPM
Endereço para correspondência: Marcos de Almeida, UNIFESP - Rua Botucatu, 720 - CEP: 01532-000 Vila Clementino, São Paulo, SP.

nas tradições, hábitos, costumes e práticas religiosas de cada cultura.

Alem disso, a religião servia (como o fez até bem recentemente) como a mais poderosa das sanções para manter as pessoas, moralmente bem comportadas e obedientes. As sanções de recompensa ou punição tribal eram desprezíveis ao lado da idéia de uma punição ou recompensa tão grande, que poderia ser mais terrivelmente destrutiva ou mais deliciosamente compensadora do que qualquer outra que os simples mortais pudessem oferecer.

Entretanto, o fato de que a religião possa ter precedido qualquer código legal formal, ou sistema moral separado, na história da raça humana, ou por que possa ter fornecido sanções poderosas e efetivas, para um comportamento moral, não prova de modo algum, que a moralidade deva ter, necessariamente, uma base religiosa. Meu argumento é, precisamente, o de que, por múltiplas razões, a moralidade não necessita e, de fato, **não deve** ser baseada *somente* na religião, muito embora, como adverte Fabri dos Anjos¹, a religiosidade (e não uma religião em particular) e a idéia daquilo que nos é transcendente (não necessariamente uma divindade), sejam antropologicamente inerentes ao nosso refletir bioético.

Que razões seriam estas?

➤ Em primeiro lugar, de modo a provar que é obrigatório ser religioso para poder ser moral, teríamos que demonstrar conclusivamente que um mundo supranatural existe e que a moralidade existe lá tanto quanto no mundo natural. Mesmo que isso possa ser demonstrado, o que é altamente improvável, teríamos que mostrar que a moralidade lá existente tem alguma conexão com aquela presente em nosso mundo. Parece óbvio, no entanto, que ao lidar com as questões morais, a **única** base que temos, para exercitar nosso pensamento ético, é este mundo em que vivemos, as pessoas que nele existem, as idéias e valores que elas possuem e as ações que elas praticam.

Um teste, para a veracidade dessa razão, seria tomar qualquer conjunto de preceitos religiosos e perguntar, honestamente, quais deles seriam absolutamente indispensáveis para o estabelecimento de qualquer sociedade moral. Por exemplo, podemos usar os Dez Mandamentos sem validar os três primeiros. Os três primeiros podem ser um conjunto

necessário para uma comunidade judaica ou cristã, mas se uma comunidade não religiosa seguir, rigorosamente, apenas os mandamentos de quatro a dez, de que modo, **refletindo moral e honestamente**, as duas comunidades diferem? Não estou querendo dizer que a moralidade não possa ser atrelada à religião; é um fato real que tem sido, é e, provavelmente, será no futuro. O que estou querendo dizer é que a moralidade **não precisa** ser fundada, de modo algum em uma religião. A religião, definitivamente, não é indispensável para a moralidade. E acrescentaria ainda, que existe um enorme risco real (demonstrado múltiplas vezes pela história), da restrição e da intolerância, caso uma religião passe a ser o referencial, o único fundamento da moralidade.

➤ Se pudermos, de modo sumário, caracterizar a moralidade desse mundo, como não ferir ou matar os outros e, de um modo geral, tentar tornar a vida e o mundo melhor para todos e tudo o que nele existe, e se muitos seres humanos não aceitarem a existência de um mundo supranatural e, ainda assim agirem tão moralmente quanto quaisquer outros que acreditam, então deve haver alguns outros atributos, diferentes das crenças religiosas, que são necessários para alguém ser moral. Embora seja óbvio que a maioria das religiões contenha sistemas éticos, isso não transforma em verdade a afirmação de que todos os sistemas éticos tenham uma base religiosa; portanto não existe uma **ligação obrigatória** entre moralidade e religião. O simples fato de que pessoas completamente não religiosas (como, por exemplo, vários eticistas ateus humanistas), podem desenvolver sistemas éticos significativos e consistentes, é prova suficiente disso^{2,3}.

➤ Fornecer um fundamento racional para um sistema ético já é bastante difícil, sem ter de oferecer também um fundamento para a religião que propõe tal sistema ético. E a dificuldade de fundamentar racionalmente a maioria dos sistemas religiosos é inescapável. É impossível comprovar conclusivamente a existência de alguma supranatureza, pós-vida, deus ou deuses. Nem precisamos apelar para os argumentos modernos e tradicionais, sobre a existência ou inexistência de um deus ou deuses neste ponto, mas simplesmente verificar que não há evidência conclusiva de que tais seres existam ou não existam^{4,5}.

Portanto, se nenhuma evidência é conclusiva

e nenhuma lógica dos argumentos é irrefutável, então a existência de um mundo supranatural, um pós-vida, um deus ou deuses, fica pelo menos colocada na categoria das coisas não provadas. Isso, naturalmente, não significa que grande número de pessoas não continuará a acreditar nas suas existências, baseando suas crenças na fé, no medo, na esperança ou na sua própria leitura das evidências. Todavia, como fundamentação lógica da moralidade, as religiões são, de fato, muito frágeis, exceto para aqueles que crêem. Acreditar que Deus, ou um pós-vida exista, pode fazer as pessoas “sentirem-se melhor” agindo de determinadas maneiras. Pode igualmente fornecer poderosos reforços para alguém agir moralmente (ou não agir imoralmente). Só que isso não se configura como uma fundamentação racional válida para a moralidade, que nos forneça razões, sentimentos, evidência ou lógica para agirmos de um modo e não de outro. A qualidade moral de um ato reside no fato dele ter sido escolhido livremente e não comandado. Como declarou Scriven⁶: *“A religião pode fornecer um fundamento psicológico, mas não lógico para a moralidade”*.

Ainda que as religiões pudessem ser racionalmente fundamentadas, qual religião deveria ser **a escolhida** como a base para a ética humana? Dentro de uma religião em particular, essa questão é facilmente respondida, mas, obviamente, não respondida de modo satisfatório para os membros de outras religiões conflitantes, ou para aqueles que não acreditam em qualquer religião. Mesmo se os pressupostos das religiões pudessem ser conclusivamente provados, qual religião deveríamos aceitar como a verdadeira e legítima geradora da moralidade? É claro que existem muitas religiões que têm muitas prescrições éticas em comum, como, por exemplo, não matar. Mas é também bastante evidente que existem numerosas prescrições não congruentes.

Só para ficar no cristianismo, por exemplo, há muitas declarações éticas em desarmonia, relacionadas a sexo, guerra, casamento, divórcio, roubar e mentir.

Em resumo, qual a conexão entre a religião e a moralidade? A resposta é que não há uma conexão **necessária**. Pode-se ter um sistema ético completo, sem mencionar outra vida, que não esta, deus ou deuses, nada supranatural, ou qualquer pós-vida. Quer dizer, então, que para sermos morais precisa-

mos evitar a religião? De modo nenhum! Os seres humanos devem ser permitidos livremente a acreditar ou desacreditar, desde que exista alguma base moral que proteja todas as pessoas contra tratamento imoral tanto nas mãos de religiosos, como de não religiosos. Uma religião que advogue o sacrifício humano de não voluntários, não pode ser permitida existir dentro de um sistema moral amplo. Se, por outro lado, as religiões puderem aceitar alguns princípios morais abrangentes e seus membros puderem agir de acordo com tais princípios, então eles podem coexistir com pessoas não religiosas e, ao mesmo tempo, manterem seus próprios princípios de modo significativo, sem pretenderem impor suas crenças.

Dizer que a ética é independente da religião não é negar que teólogos ou outros crentes religiosos possam ter um importante papel a desempenhar em Bioética. Tradições religiosas freqüentemente têm longas histórias no trato com dilemas éticos; e o acúmulo de sabedoria e experiência que representam, podem fornecer valiosos “modos de enxergar” determinados tipos de problema. Só que esses “modos de enxergar” devem estar submetidos à análise crítica, na mesma medida em que quaisquer outras propostas devam sê-lo. Se, no final, nós as aceitarmos, será porque as julgamos sólidas e racionais e emocionalmente justificáveis, e não meramente porque sejam declarações de um papa, um bispo evangélico, um rabino, um monge budista, um mulá ou qualquer outra pessoa supostamente infalível ou sagrada.

Toda decisão moral deve ser embasada, fundamentalmente, em três elementos: o máximo de conhecimento que se possa adquirir sobre a questão, o tempero do sentimento e da emoção **humanos** e, sobretudo, total liberdade e isenção para fazer a escolha. Isso adiciona predicado humanitário à nossa estatura ética e confere **responsabilidade** real à escolha. Sem conhecimento, sem sentimento, sem isenção e sem liberdade para decidir, não há ação moral possível. Há imposição. Mando e obediência. E toda *imposição* é moralmente injustificada, teologicamente herética, subversiva da dignidade humana e, pior do que tudo é obscurantista e espiritualmente opressiva.

Não há qualidade moral em um teatro de marionetes. **Com toda a certeza, claramente não nas próprias marionetes.**

Almeida M. Morality, ethics and religion. *Saúde, Ética & Justiça*. 2004;9(1/2):1-4.

ABSTRACTS: The author bring into focus, through philosophic arguments, the subject of morals not necessarily connected with religion. Providing examples of own religious commandments, demonstrates that the working out of coherent, consistent and applicable ethical system don't need to be entailed to any religion, offering examples of moral codes produced by atheistic philosophers. He concluded asserting that all moral decision must be based in three elements: knowledge, feeling and, above all, total freedom and exemption of making choices.

KEY WORDS: Ethics, Morale, Religion.

REFERÊNCIAS

1. Dos Anjos MF. Ciência e ética na pluralidade religiosa. In: V Congresso Brasileiro de Bioética; Recife, PE, 2004.
2. Kant I. Groundwork of the metaphysics of morals. New York: Ed. Harper and Row; 1964.
3. Hare RM. Essays on bioethics. Oxford, UK: Ed. Clarendon Press; 1993.
4. Hick J. Philosophy of religion. 3rd ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall; 1983.
5. Hospers J. An introduction to philosophical analysis. 2nd ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall; 1967.
6. Scriven M. Primary philosophy. New York, NY: Ed. McGraw-Hill; 1966.